

LITERATURA E HISTÓRIA: O ROMANCE REGIONAL*

*Antônio Fernando Guerreiro de Freitas***

Jorge Amado e Wilson Lins, em diferentes obras, discorrem sobre temas e personagens que retratam observações de infância, casos guardados do convívio familiar e social do sul da Bahia e do sertão. Apesar de terem sido escritas e divulgadas bem mais tarde, podem-se delimitar os anos entre 1900 e 1940 como o período aproximado da ocorrência dos acontecimentos que inspiraram os dois autores, verdadeiras recordações – vivenciadas ou simplesmente ouvidas – dessas regiões.

O sertão do rio São Francisco e a região cacauceira da Bahia, apesar das diferenças marcantes que guardam entre si, apresentam características que as fazem se aproximarem. A leitura do denominado romance regional evidencia uma grande identidade entre as duas regiões quando se busca analisar o seu morador. Fica fácil entender: a primeira região começou a ser ocupada a partir do século XVII, enquanto a segunda começa a abrigar uma grande onda migratória a partir do fim do século XIX e se originou, em parte, daquela primeira região. Foram sertanejos saídos de diferentes

* Versão traduzida e modificada pelo autor de capítulo da Tese de Doutorado *Au Brésil: Deux Régions de Bahia* (1896-1937), defendida na Université de Paris IV em 1992.

** Professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Doutor em História pela Université de Paris IV–Sorbonne. E-mail: poshisto@ufba.br.

POLITEIA: Hist. e Soc.	Vitória da Conquista	v. 5	n. 1	p. 13-44	2005
------------------------	----------------------	------	------	----------	------

áreas do Estado da Bahia, do mesmo modo que de outros estados do Nordeste brasileiro, como Sergipe, Alagoas e Ceará, que construíram a chamada civilização cacauceira baiana.

Desse modo, o perfil humano das duas regiões, especialmente no período estudado, guarda semelhanças, formas parecidas de observar a natureza e de encarar o cotidiano, relações sociais e políticas com um mesmo matiz, crenças e visão de mundo de uma mesma inspiração.

A comparação, que permitiu o entendimento das marcantes diferenças naturais, sociais e econômicas, foi um aprendizado longo – e sofrido – para todos aqueles que trocaram o sertão pelo chamado mágico e dourado da aventura nas terras do sul da Bahia, de onde se diziam maravilhas, a alternativa mais próxima para fugir dos problemas causados pelas sucessivas secas do Nordeste.

Os autores e obras consultados¹ contam da vida na caatinga, origem primitiva da maioria dos habitantes e vegetação típica do sertão: “A vida era difícil e ruim, metade da farinha, do milho e da batata era para a fazenda, além do dia de trabalho gratuito, obrigatório pelo contrato de meeiro” (J. Amado, **Seara vermelha**, p. 16). O mesmo contrato mandava trabalhar quatro dias da semana para a fazenda, sendo um dia sem qualquer remuneração. Restavam ainda três dias para cair na capoeira para arranjar mais alguma coisa para comprar a carne-seca, o feijão e a farinha.

A água era quase um sonho, que se realizava apenas diante do rio São Francisco ou de algum afluente, mas, mesmo assim, capaz de alterar as condições de existência do sertanejo, que vivia entre duas misérias: a da caatinga e a das margens dos rios, onde se podia observar uma geografia humana que denotava as marcas da pobreza e da saúde precária das populações ribeirinhas. A fertilidade das terras e a piscosidade dos rios não eram suficientes para vencer a desnutrição e o impaludismo, companheiros inseparáveis daqueles moradores. Mas a caatinga e o São Francisco funcionavam como uma escola onde eles aprendiam a leitura da natureza, dos sinais do calor, da chuva e da seca, conhecimento que passavam de geração a geração.

¹ Para a redação do presente ensaio tomou-se como referência: a) de Jorge Amado: **Seara Vermelha** (São Paulo: Martins, [s.d.]); **Gabriela, Cravo e Canela** (São Paulo: Martins, [s.d.]); **São Jorge dos Ilhéus** (São Paulo: Martins, [s.d.]); **O país do carnaval, cacau, suor** (São Paulo: Martins, [s.d.]); **Terras do sem fim** (São Paulo: Martins, [s.d.]); b) de Wilson Lins: **O Reduto** (São Paulo: Martins, 1965); **Remanso da Valentia** (São Paulo: Martins, 1965); **Responso das Almas** (São Paulo: Martins, 1968).

A sociedade regional aprendeu a viver e não podia entender a vida senão pelos sinais que o São Francisco transmitia. Mesmo nas condições mais difíceis, o rio mantinha a sua condição de referencial, secundado pelo papel complementar da caatinga, área reservada para a pecuária, o extrativismo e, quando possível, a lavoura. Essa possibilidade, sempre na dependência das chuvas, era aguardada com ansiedade para se observar que “a manhã como costuma acontecer no sertão depois das abundantes chuvas, das trovoadas, estava límpida, com o céu parecendo ter sido lavado, e os pássaros cantando no mato ralo” (W. Lins, **Remanso da valentia**, p. 259). Nas enchentes, no meio e após as trovoadas, o vale ficava todo verde, a natureza mostrava toda sua pujança, pastagens e plantações assumiam uma beleza difícil de se encontrar em outros lugares. Caatingas, tabuleiros e brejos estavam prontos para receber o que nelas se desejasse plantar. O verde se encontrava em todo lugar e

aquela terra barranqueira, que, de ordinário, nega ao homem quase tudo, quando resolve lhe devolver aquilo que dele tirou, exagera-se a ponto de converter os lucros previstos em novos prejuízos. Especialmente nas ilhas, a fertilidade nos anos de molhação é um prodígio (W. Lins, **O reduto**, p. 32).

Os rios guardavam também um amplo significado social e econômico. Por eles circulavam passageiros e mercadorias, viajando nas chamadas gaiolas, com as quais os beiradeiros mantinham a mais estreita intimidade. Os sons dos seus sinos e apitos, o rigor dos seus comandantes, a pontualidade das suas passagens subindo e descendo o rio, assim como o acompanhamento das transformações por que passavam os barcos a vapor, faziam com que fossem eleitos os preferidos. Assim se pode entender o afeto e a admiração despertada pelo “Saldanha Marinho” em diferentes épocas, mesmo após sua aposentadoria.

Certamente foram tempos raros, episódios ocasionais na vida de gerações sertanejas, as quais aprendiam desde cedo que a realidade era composta por um sol inclemente dia após dia, pela falta do que plantar, principalmente pela inacessibilidade à terra; e, com isso, aumentavam as dificuldades para a sobrevivência da família. O amor ao local de nascimento misturava-se com a vontade de partir, de buscar outros lugares para trabalhar, de onde, ouvidos atentos, permaneciam sempre no aguardo da boa notícia: a chuva no sertão. A possibilidade de voltar nunca foi descartada pela grande maioria dos que partiam, mesmo os que foram para bem distante.

Para os sertanejos, o grande benefício dos investimentos governamentais nos transportes foi ter aumentado a possibilidade de circular, de ir e vir. Inicialmente, os difíceis e perigosos caminhos percorridos pelas tropas. Depois, as estradas de ferro com seus entroncamentos estratégicos, como Monte Azul e Pirapora, ambos no Estado de Minas Gerais, pontos de encontro para troca de informações sobre o trabalho no Sul e a lavoura no Nordeste. Simultaneamente desenvolveu-se a navegação a vapor, seja a costeira atlântica, seja a fluvial, especialmente a do São Francisco, que tinha em Juazeiro e Pirapora os seus pontos terminais e os de maior importância. Por fim, vieram as estradas, que, no decorrer do século XX, foram as vias escolhidas por uma massa sertaneja que, a bordo dos “paus-de-arara”, fizeram inúmeras vezes os roteiros de ida e volta entre o Nordeste e o Sul do país.

A dinâmica dessa circulação humana chega a parecer estranha:

a paisagem em volta constrange, opressiva [...] do pé da serra até onde a vista dava; daqui e ali uma ou outra copa mais alta de juazeiro ou pau d'arco encimando a planura sem fim, na pasmeira hipnótica do meio dia, quando tudo parece parado e as próprias sombras dos arbustos, no chão gretoso, lembram inanimados monstros adormecidos. O sertão está ali, de corpo inteiro, sonolento, sob o calor. Os pássaros, que pela manhã eram tão numerosos e zoadentos, como que arribaram todos para bem longe, pois nem o fogo-pagô geme nas noites mornas (W. Lins, **Remanso da valentia**, p. 53).

Porém, as incertezas quanto ao futuro, as viagens sempre realizadas em condições precárias, quer na terceira classe da Viação do São Francisco, misturados com bagagens e animais, quer nos vagões de segunda de alguma ferrovia, para não falar do simples caminhar pelos caminhos poeirentos por dias ou meses seguidos, não eram motivos que levassem à perda de esperança, razões que pudessem provocar o mínimo esquecimento de algum detalhe da pequena roça, dos animais de estimação, dos amigos, dos amores.

Para os que chegaram às terras do sul da Bahia, atraídos pelo cacau, antes de qualquer sinal do dinheiro fácil, pelo qual se deslocavam, muitas vezes solitários, o primeiro choque vinha sempre da natureza. Para trabalhar, precisavam enfrentar a mata atlântica, desbravando-a, queimando árvores e animais para só assim poder plantar o cacau, o qual viria a ser realidade cinco anos depois.

As chuvas na época certa, estações bem divididas, dinheiro circulando facilmente; mas continuavam a vida dura e o trabalho de todos os dias sob controle do patrão e seus capatazes, bem diferente da “autonomia” da vida anterior, quando podiam cuidar do roçado, vender alguma coisa na feira mais próxima. No sul da Bahia era diferente: reinava absoluta a cultura do cacau, obrigando todos a girarem em torno dela. Depois dos primeiros migrantes, poucos foram os que conseguiram o enriquecimento rápido. Os “batidos pela seca”, vindos dos lugares onde o gado morria e as plantações não vingavam, começavam a perceber que, nas terras do cacau, o dinheiro não era lixo nas ruas e poucos foram os que se fizeram num abrir e fechar de olhos (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 81-82).

Além da mata, os que chegavam pela Navegação Baiana tomavam o primeiro contato com o mar, em viagens quase sempre intranquílias pelo próprio efeito causado pelo desconhecido. E quando chegavam a Ilhéus tinham oportunidade de conhecer sua famosa barra, onde ficavam muitos navios, sendo preciso, às vezes, esperar horas ou até dias para a liberação das embarcações. Os rios Almada e Cachoeira eram as vias originais de transporte para o interior antes do aparecimento das estradas de ferro e de rodagem.

O clima mais ameno tornava os dias menos quentes e o sol diferente da conhecida “bola vermelha”, que teimava em iluminar a terra, mesmo depois de ter se posto, fazendo lembrar uma grande fogueira de São João. Esses sinais na natureza eram uma mostra da nova realidade. A vida tranqüila e rotineira dá lugar ao convívio numa sociedade onde todos os agentes pareciam atuar numa grande aventura.

O cartão de visitas do “novo mundo” era muito claro: a primeira coisa a fazer era encontrar o denominado “mercado de escravos”, um local onde os nordestinos eram examinados em detalhe por proprietários de fazendas, comerciantes, os quais procuravam identificar os mais fortes e sadios, os experientes em qualquer tipo de trabalho – dos conhecedores da lavoura aos entendidos em armas –, braços e vontade de prestar todo tipo de serviço.

A partir do momento em que era selecionado, o migrante seguia para as fazendas ou estabelecimentos comerciais, começando assim o seu aprendizado. Do sertão, passaria a viver de recordações e notícias esparsas trazidas pelos que continuavam a chegar ou por vaqueiros que tangiam suas boiadas em busca do mercado que se formava. Esse último, cada vez mais

problemático: a expansão cacauera, além de ocupar todo o espaço possível, demonstrava muito pouca preocupação com a produção de alimentos. Os que podiam compravam todos os bens de consumo – inclusive os alimentares – oriundos de lugares distantes e a preços elevados. Para a maioria, restava a visita semanal ao *barracão*, onde havia uma conta corrente sempre desfavorável ao empregado ou, quando possível, o uso dos peixes e mariscos do mar e dos rios da região.

Para fazer surgir a roça de cacau, além das matas, foram destruídas as antigas plantações de cana e café; alambiques foram esquecidos. Para os donos da terra, depois da roça apenas os armazéns, um prolongamento da sua atividade econômica básica e que terminaram por se constituir em pontos iniciais das futuras cidades da região. Daqueles estabelecimentos, e sempre de forma desorganizada, surgiram ruas, construções improvisadas, pontos de compra e venda do comércio sírio (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 97).

Os armazéns eram originariamente muito mais do que uma loja comercial. Funcionavam também como representação bancária, evidências de poder ou até como centro de notícias e informações. Os preços e a cotação internacional, as disputas políticas, comentários sobre a safra, tudo que fosse de interesse do cacau era no armazém discutido.

Não muito distante do armazém, localizava-se a casa da fazenda, simples e modesta, bem distinta daquelas conhecidas na zona canavieira ou dos casarões seculares do vale do São Francisco. Mesmo os grandes proprietários não davam grande valor às suas moradas de fazenda, salvo aqueles que trocavam a morada em Ilhéus ou Tabocas (Itabuna) por um acompanhamento mais direto da propriedade, por motivos de conservação ou conquista ou mesmo por obrigação política.

Quando assim procedia, o proprietário estava quase sempre acompanhado da família, o que o obrigava à adoção de medidas que impressionassem visitantes ilustres e acalentassem a vaidade feminina. Na parede da casa de Sinhô Badaró, podia ser vista uma pintura que reproduzia uma paisagem européia, enquanto ele próprio consultava uma Bíblia Sagrada, guia dos seus negócios. O seu rival, o Coronel Horácio, podia ver a esposa Ester, moça de fino trato, educada em colégio religioso de Salvador, a ler repetidas vezes cartas da amiga que morava na Europa e a folhear figurinos franceses. Sonhos femininos combinados com valentia masculina nas queimadas e tocaias,

enquanto esses mesmos senhores, para se apresentarem nos acontecimentos sociais, podiam encomendar seus duques e fraques na *Tesoura de Paris*, a melhor alfaiataria de Tabocas (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 34, 36, 109).

Os que permaneciam em Ilhéus, trabalhando no comércio, em alguma exportadora, nas várias pensões ou mesmo fazendo serviços típicos do porto, visualizavam o conjunto de personagens que, a partir do final do século XIX, chegavam todos os dias à região.

Ilhéus começava a se transformar e o fazia rapidamente, tendo sempre o cacau como sustentação, da economia ao amor. Aos poucos ia perdendo o ar de acampamento; a cidade crescia e as fortunas que se iam formando começavam a ser comparadas, medidas pelo número de casas que cada família possuía. Curiosamente, todos os que passavam a ser considerados importantes não eram ilheenses ou grapiúnas. Esse era um trauma da primeira geração dos ricos do cacau, que começou a ser superado com o nascimento dos filhos ou com as fraudes no registro civil. Mas essa era uma preocupação para consumo interno. Externamente, ou seja, para o restante da Bahia, os senhores do cacau já mereciam respeito, pelo menos por valentia e riqueza, pessoas com crédito ilimitado nas exportadoras, que compravam de tudo sem discutir preços e não corriam de nenhum barulho. Apesar de tudo, “não se diziam baianos e, sim, ilheenses” (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 48).

A falta de diversão servia apenas para bem delimitar o espaço do homem e o da mulher: o primeiro, quando na cidade, dividia o seu tempo entre a casa exportadora, os bares e os cabarés, enquanto as mulheres cumpriam os seus deveres sociais nas suas próprias casas, visitando as amigas e, principalmente, cumprindo as obrigações religiosas. Homem na igreja só por motivos fortes: atraso das chuvas, festa do padroeiro ou interesse político, inclusive disputas pela diretoria das irmandades.

Todos observavam, entretanto, certas singularidades, hábitos e costumes que começavam a aparecer em razão da presença dos estrangeiros: exportadores, comerciantes em geral e os engenheiros ingleses da estrada de ferro. O aperitivo antes das refeições, o banho de mar matinal, inclusive feminino, iam, aos poucos, sendo assimilados pela sociedade regional (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 141-142).

A viagem de hidroavião entre Salvador e Ilhéus era um luxo reservado a poucos, que tinham o privilégio de ver de cima a cidade que começava a se

formar, o contraste entre as ruas pobres de casas de zinco e madeira do Morro do Unhão e as casas localizadas nas avenidas situadas entre o rio e mar. A cidade comercial, o quinto porto do Brasil, por onde saíam 98% do cacau nacional, começava a ser invadida por jardins e praças, via nascer as bases que a levariam a ser reconhecida como “rainha do Sul”. À beira-mar,

[...] se elevavam os palacetes dos coronéis mais ricos, sobrados faustosos e mobiliados com luxo, geralmente muito feios, sólidos e pesados, como que representando a solidez das fortunas desses homens que haviam conquistado a terra. Desses palacetes saíam os automóveis caros, quase todos norte-americanos, um ou outro europeu (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 47).

Ilhéus continuava a crescer, apareciam os jornais, fundavam-se clubes e entidades beneficentes. Para compensar os preços do cacau sempre em alta, o que significava maior riqueza, dizia-se ser a cidade uma das mais caras do Brasil e se explicava a carestia como sinal de civilização e progresso. Bem sintetizava um advogado, Dr. Rui, personagem de Jorge Amado: “em roça de cacau, nessas terras, meu filho, nasce até Bispo. Nasce estrada de ferro, nasce assassino, caxixe, palacete, cabaré, colégio, nasce teatro, nasce até Bispo... Essa terra dá tudo enquanto der cacau” (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 213). Todo o aprendizado dos que chegavam era feito com o pensamento voltado para o que conheciam de antes e, certamente, muitas comparações puderam ser realizadas. Lembranças do tempo em que, ainda vaqueiros, conheceram pessoas que tinham conseguido alguma coisa pela ajuda direta do proprietário ou pelo que juntaram com o “quarto” de vaqueiro. Sentiam a ausência da mulher ativa, substituta do “coronel sertanejo” no trato dos negócios ou na administração pública, ainda que fosse uma exceção, pois, no sertão, a grande maioria das mulheres não tinha o direito de sentar-se à mesa durante as refeições e aceitava resignadamente valores que enalteciam, por exemplo, a poligamia masculina como sinal de grandeza, prova de força, poder e virilidade.

O amor impossível andava por todo lugar. A escolha não dizia respeito aos diretamente interessados. Podia fazer parte de uma negociação, cumprimento de promessas, ou garantia política para determinada família. Assim era entre os que tinham o que ganhar ou perder. Para a grande maioria, tanto no sertão quanto no cacau, o amor era solene e sempre passava pelas bençãos de algum vigário. O sacramento estava acima das leis feitas pelos homens, e esse era um

sinal do poder abrangente não só de padres e bispos, mas também dos líderes messiânicos que mobilizavam um sem-número de pessoas para ouvi-los, e para acompanhá-los nas grandes marchas sertão afora. A *desobriga* – visitas anuais ou semestrais aos paroquianos mais distantes – era um momento de festa, de pôr as obrigações em dia, de renovar as esperanças.

A dinâmica da sociedade sertaneja certamente não tinha a mesma multiplicidade ou heterogeneidade da que se observava na região cacauzeira. As mudanças sociais eram mais lentas. Os viajantes que percorriam o sul da Bahia – os conhecidos “mascates”, na sua maioria de origem síria, italiana, espanhola ou portuguesa – tinham a chance do enriquecimento rápido, de mudar de vida da noite para o dia. Já às margens do São Francisco, chegar um dia a ser viajante de uma grande firma comercial significava ter passado por outras atividades que iniciavam e formavam o interessado – porteiro de cinema, delegado, agente de seguros e comissário da Baiana – e que lhe permitiam não só aprender, mas criar um universo de relações facilitadoras para o *status* de viajante (W. Lins, **Responso das almas**, p. 206, 259).

Quanto ao trabalho, no cacau se exigiam resultados imediatos, em um regime de disciplina rígida, fiscalizado de perto por patrões, administradores ou capatazes, porque, até na classificação do cacau, quem pagava, diante de possíveis perdas, eram os trabalhadores. Nas margens do São Francisco, pescadores e tratadeiras cuidavam de preparar os peixes para a salga; quem tinha responsabilidade de cuidar da descaroçadeira de algodão era, por extensão, quem tratava das armas, o que sugeriria quase uma especialização. No campo e na atividade extrativa, gozava-se de relativa liberdade, típica de atividades complementares que não retinham prioridade nem serviam de motivo para disputas.

A abundância e a escassez de terra parece serem distinções que explicariam, pelo menos em parte, o problema. No sertão, as grandes propriedades tinham donos que por elas zelavam, em especial as ilhas e os terrenos mais próximos às margens dos rios. Mas, no geral, inexistia qualquer preocupação com a delimitação da propriedade; a maior parte era mantida sem cerca, o que se explicaria pelo custo de iniciativas dessa natureza. Isso não significava, contudo, que o acesso à terra fosse inteiramente livre, ou que se contasse com qualquer tipo de apoio. Era uma simples decorrência passiva do grande latifúndio.

A estreita faixa de terra apta para a cacauicultura conduziu os moradores originais – à exceção dos índios – a uma intensa disputa com os que chegavam de todos os lugares. A existência de uma grande quantidade de terras devolutas que podia ser comprada a preços baixos ao próprio Estado da Bahia armou um cenário propício aos mais variados exercícios de criatividade, estimulou a fraude e teve, na violência, a alternativa menos civilizada. “Cacau é ouro!” – era uma exclamação comum e repetida, que justificava todo tipo de exploração posto em prática pelos donos das terras.

Na ambição de aumentar as posses, tudo era permitido: o *caxixe* para tomar a terra do pequeno lavrador; empréstimos usurários que significavam receber a própria terra como pagamento; apropriação do reduzido crédito oficial; especulação nos momentos de baixa e as mais variadas formas de fraudes cartoriais, facilitadas pelo analfabetismo generalizado da maioria da população.

Na concretização dessas práticas, proprietários de terras e exportadores andavam pelo mesmo caminho e, no decorrer do tempo, ficou mais difícil identificar um ou outro grupo: a tendência era de parecerem uma coisa só. Os exportadores, tanto os nacionais quanto os estrangeiros – suíços, alemães, ingleses ou norte-americanos –, deixavam sempre a impressão da estudada elegância, do fino trato, do prestador de serviço desinteressado. Muitos trocavam a variedade dos produtos pela especialidade do cacau, falavam dos sacrifícios da vida no interior (tinha o alemão que não escondia a ajuda de Nietzsche para poder suportar Ilhéus), mas tudo faziam por uma causa nobre; outros não conseguiam esconder que estavam ali em trânsito, acumulando para uma vida tranqüila em um centro maior; pensavam também no exterior, inicialmente para educação dos filhos; alguns diversificavam as atividades comerciais e começavam a construir, para depois explorar, estradas de rodagem; do mesmo modo, existiam os que reconheciam que só a terra era capaz de dar a cidadania na zona cacauceira e que ser grapiúna valia mais do que as transações com New York ou Berlim (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 14, 15, 17, 95, 96, 116, 132, 175).

Na verdade, muitos viviam do e para o cacau: exportadores (alguns sem nunca terem conhecido uma fazenda), fazendeiros ricos e valentes, entre os quais se encontrava o Coronel Horácio, para quem “se estivesse na maior cidade do mundo, de milhares de lâmpadas elétricas, com ruídos de música e

mulheres belas, com amigos e conforto, o coronel estaria sozinho e triste porque estava longe das roças de cacau” (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 122). Além desses, chegavam e se instalavam os advogados, médicos, agrônomos, fiscais, gerentes, administradores, trabalhadores (alugados, contratistas, comerciários, biscateiros), mulheres da vida (nacionais e estrangeiras). Esse movimento era motivo de preocupação para os chefes políticos, que viam as cidades “entupidas de doutor”, cujos interesses nem sempre coincidiam com os das lideranças locais preocupadas com as novas demandas administrativas resultantes da presença de tantos “estrangeiros” (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 205-207).

Todos tinham um só objetivo: a terra. Quem já tinha queria mais, sempre mais. Quem não tinha buscava os meios para ter. Por isso há certa razão quando se diz que a civilização do cacau foi construída à base de documentos falsos. Os tabeliões desempenharam um importante papel, colocando experiência e compreensão a serviço do desenvolvimento regional: especialistas em *caxixe* (farinha de mandioca sobre tinta fresca, fazendo parecer escrita antiga...), falsificavam escrituras e demarcações de terra, inventavam hipotecas e tornavam “brasileiros autênticos” pessoas nascidas em outros países. Os incêndios dos cartórios e o interesse em servir a determinado chefe deixavam as portas abertas a esses profissionais (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 39-40).

No entanto, desde os primeiros instantes, quando se começou a abrir a fronteira do cacau, coube ao trabalhador a tarefa de construir a nova região. O aumento da oferta de braços para o trabalho possibilitou que a exploração também atingisse níveis desconhecidos: acertos não cumpridos; contratos alterados sem o acordo de uma parte; salários engolidos pela escorcha do *barracão*, onde os preços só eram de conhecimento do dono e do despenseiro; empreitadas envolvendo toda a mão-de-obra familiar; precárias condições de habitação e nutrição; ausência de escolas etc. Sempre prevalecia a ordem de “fazer o serviço”, tanto fazia se no calor, na chuva ou ao vento (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 71; **O país do carnaval, cacau, suor**, p. 131, 134).

Chefes de família se transformavam em assassinos diante de acordos não cumpridos, como foi o caso de Osvaldo, contratado para derrubar a mata e plantar uma roça. Durante dois anos era como se fosse o dono do terreno. Vivia da plantação de mandioca, frutas e legumes e deveria receber

no fim entre 500 e 800 réis por cacauero produzindo, o que terminou por não se concretizar (J. Amado, **O país do carnaval, cacau, suor**, p. 136).

Administradores e gerentes bem protegidos ajudavam no cumprimento da ordem, permitindo o surgimento de uma categoria socioprofissional intermediária encarregada de zelar pelo bom andamento dos negócios. O rigor era muito grande, o que tolhia os movimentos dos trabalhadores, os quais, muitas vezes, para saírem das fazendas, tinham que pagar ou elaborar algum plano de fuga, como no caso da organização do “terno de reis” que libertaria de vez Varapau e Florindo das fazendas de cacau (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 124).

Os familiares dos fazendeiros, desde aqueles considerados de primeira geração, não participavam dessas atividades do cacau, o que já seria um indicativo da atitude das gerações seguintes: ausência e desinteresse. Os “grandes destinos” eram ignorados pelos ricos herdeiros, encarados como tramas armadas pelos pais para atender a algum interesse ou atingir qualquer objetivo. A violência do cotidiano, que decorria de motivos diversos e mobilizava, algumas vezes, homens em armas, recomendava certa cautela e distância. Por outro lado, o fascínio exercido pela possibilidade de acesso rápido a uma vida confortável e tranqüila parece ter sido irresistível: palacetes em Salvador ou no Rio de Janeiro, a Europa a qualquer instante, uma capacidade de consumo cada vez mais ampliada faziam com que nem as ofertas para uma garantida carreira política tivessem algum atrativo. Este espaço, como se verá mais adiante, viria a ser ocupado por filhos adotivos ou afilhados.

A capacidade do cacau de fazer fortuna rapidamente corria mundo, era contada em todo lugar. A região cacauera passava a ser alguma coisa singular, objeto crescente de comentários e casos contados sempre de forma exagerada, o que despertava ainda mais a curiosidade. Se, de início, os seus benefícios foram mais divulgados, com o passar do tempo, as idas e vindas de trabalhadores e viajantes fizeram com que comesçassem a correr as misérias que por lá aconteciam. Essa era a realidade do cacau, original e contraditória, a chamar a atenção, a produzir perguntas a seu respeito. Uma só verdade era inquestionável: o cacau tudo pode, tudo faz, seja bom ou ruim, trazendo, simultaneamente, a felicidade e a desgraça.

No sertão, as diferentes atividades econômicas se complementavam. O tamanho da propriedade era um aliado fundamental, e a presença de algum rio,

um auxílio inestimável. Dessa forma, proprietários e trabalhadores podiam enfrentar as incertezas decorrentes das condições naturais. Em qualquer circunstância, no todo e sempre, estava a vasta caatinga abrigando os bois pés-duros criados à solta, cabras e carneiros como companheiros dos mais pobres, sem falar das tropas que de lá saíam carregadas de farinha, com bruacas cheias de feijão, mamona, ceras, resinas, peles silvestres e tudo o mais que se pudesse retirar das terras secas (W. Lins, **Remanso da valentia**, p. 39). Em momentos especiais, a extração de maniçoba e da mangaba foi uma atividade muito destacada, quando estabeleceu laços econômicos entre o sertão e o mundo exterior.

Os terrenos beiradeiros ficavam reservados para as lavouras mais sensíveis, legumes e frutas que não conseguiam sobreviver sem o necessário refrigério. Nas margens dos rios – especialmente do São Francisco – muita gente se ocupava da pescaria e do tratamento dos peixes para o comércio. Essa atividade tinha um largo significado social, pois o peixe se constituía numa fonte alimentar valiosa, agregada, ao longo dos anos, à culinária regional.

Barcos sempre carregados subiam e desciam o rio, comprando e vendendo de tudo, organizando freguesias, atendendo clientes, trocando notícias; algumas áreas chegavam a alcançar uma quase especialização. Os portos de Januária, Barreiras e Santa Maria da Vitória abasteciam toda a região de rapadura e aguardente, cuja qualidade foi, pouco a pouco, ganhando fama e alcançando consumidores de todo o país. Como em toda atividade comercial, era necessário o devido tino, principalmente quando a mercadoria tinha uma cotação estabelecida fora do raio de influência da região, como era o caso das peles de teiú, gato-do-mato, jacaré, cobra e lontra.

O comerciante regional não era, em geral, um exclusivo do ramo. Podia ser também um proprietário ou ocupante de funções públicas típicas da administração municipal. Comprava e vendia de tudo e, na sua *venda*, sempre um ponto de encontro, uma referência da cidade, podiam ser encontrados:

rolos de fumo, panos de toucinho, mantas de jabá, montes de cebolas, fardos de rapaduras, sacos de sal, amarrados de peles silvestres, pilhas de resinas, cascas de angico, um mundo variado de mercadorias de todos os valores e de valor nenhum. Nas prateleiras, garrafas vazias, esteiras e chapéus de carnaúba, pacotes de cigarros mata-ratos, chocalhos, enxadas, latas de banha, nem todas contendo banha, a maioria talvez sem conteúdo algum, chinelos, alpercatas, sapatos pé-de-anjo, barras de sabão, espelhos, caixas de pentes, vidros de óleo “Dyrce”, latas de brilhantina “Tentação” e algumas caixas de sabonetes baratos (W. Lins, **O reduto**, p. 92).

Essa casa de comércio exemplifica outras tantas que podiam ser encontradas por todo o sertão. Retrata, na sua chocante multiplicidade de artigos, as dúvidas e incertezas do dono, a ausência de especialização aliada à carência de capitais interessados por esses produtos, mas é também o espelho dos serviços disponíveis no interior da precária vida urbana regional. A maioria das cidades não tinha vida própria, limitava os seus serviços ao desempenho das funções político-administrativas. Economicamente, essas cidades eram dependentes do fluxo de mercadorias que transitavam pelos rios. Para as embarcações, as cidades passavam os produtos recolhidos pelo vasto interior e delas recebiam as mercadorias para a viagem de volta. Nas cidades, ficavam resíduos, excedentes que poderiam ser úteis diante do incerto serviço de abastecimento, variável ao sabor de circunstâncias naturais e econômicas.

Um fato novo era sempre motivo do interesse geral. Esse foi o caso, por exemplo, da instalação da descaroçadeira na usina de beneficiamento de algodão, em Pilão Arcado. Era o novo centro da vida da cidade:

nas épocas de safra de algodão, [a usina] se convertia na antecâmara do inferno, com os motores e as serras a encherem a Rua da Praça de trepidação, em meio às pragas dos aguadeiros encarregados de matar a sede dos dois cabeças-quentes, que consumiam mais água do que descaroçavam algodão (W. Lins, **Remanso da valentia**, p. 46).

A vida comercial de Ilhéus, bem como de cidades menores que precisaram de mais de três décadas para conseguir a autonomia administrativa, desde suas origens – entreposto comercial, estação da estrada de ferro ou ponto de encontro de tropas – destacou-se pela sua dinâmica. O comércio – com a compra e venda de cacau sempre à frente – era o centro da vida econômica e, apesar dos comentários de que bar e cabaré eram sempre o melhor negócio, todos ganhavam em qualquer ramo, desde os árabes pobres e mascates, que exibiam as suas malas com os cortes de tecidos, colares e anéis na feira, até os ricos exportadores, que, além de mandarem cacau para todo o mundo, traziam do estrangeiro toda sorte de produtos para atender à demanda regional (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 60).

O porto de Ilhéus era o centro dos interesses, um motivo privilegiado para começar uma boa discussão. Era incompreensível, diante da pujança econômica regional, que o porto continuasse com instalações tão precárias. Motivos existiriam – preservação do porto de Salvador como o único de

exportação direta de cacau, desinteresse dos governos estadual e federal pelo futuro da região, falta de representatividade política, timidez das lideranças locais que atrasava a chegada dos benefícios esperados – e os debates acalorados buscavam os culpados, identificando responsabilidades.

Apesar dos sucessivos problemas da barra, da existência de uma única ponte de atracação, o que dificultava a saída da produção, o porto estava sempre movimentado, cargueiros e barcos de passageiros chegando e saindo, mesmo com toda a demora para arrumar um cargueiro sueco para a viagem. A meta de todos, entretanto, era a desobstrução da barra, após o que, enfim, chegariam os grandes cargueiros estrangeiros, que, juntamente com os navios da Bahiana, da Costeira e do Lloyd, fariam do porto a ponte sempre sonhada: de *Ilhéus para o mundo* (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 22, 26, 27, 347).

Nesse universo, os exportadores foram os maiores beneficiários. Os fazendeiros viviam inteiramente voltados para suas terras, onde buscavam o aumento sucessivo da produção, sem nenhuma preocupação em retirar a lavoura do atraso que já se fazia notar; ignoravam as tendências do mercado internacional e avaliavam que podiam usufruir para sempre a bonança daqueles tempos, quando gozavam de crédito ilimitado nas casas exportadoras e imaginavam que artifícios do tipo “venda antecipada” seria uma alternativa em seu benefício.

Os exportadores, líderes do movimento por melhorias no porto e pela vinda de navios maiores, estavam em todo lugar: atuavam como bancos, representavam companhias de aviação e estradas e eram agentes de fábricas dos mais variados artigos industriais. Evitavam exteriorizar qualquer envolvimento político-partidário, mas estavam sempre prontos para contribuir com obras beneficentes, fazer doações à Igreja ou a ordens religiosas (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 32-34).

Para todos não apenas o cotidiano, mas a própria vida se resumia a duas alternativas: a boa safra, ou o cacau em baixa. Alterações nas condições naturais, problemas fito-botânicos, aumento da oferta, ou especulação com os preços, eram situações que modificavam imensamente a vida regional.

Nas boas safras, o dinheiro fácil ampliava a vida social. Muitas festas, champagne bebido como se fosse água, quermesses e reisados preenchiam a vida das pessoas da região e a dos que de fora chegavam, pelo simples prazer do divertimento ou por algum interesse econômico. Na alta, era como se as

pessoas nadassem em dinheiro: charutos e cigarros acesos em notas de quinhentos mil réis, *jazzy-bands* se revezando nos clubes e cabarés, franceses chegando às casas noturnas, cabeleireiros, massagistas, jardineiros, agrônomos, médicos, advogados e profissionais de todos os serviços, novas estradas, jogo na bolsa, mudas de frutas importadas da Europa, aventureiros de todo os lugares, artigos para todos os gostos.

Todos viraram pesquisadores: era preciso descobrir em que gastar tanto dinheiro. De acordo com outro personagem de Jorge Amado, o poeta Sérgio Moura, “até duas livrarias abriram em Ilhéus” (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 141). Nesses momentos, a grandeza regional – fortunas, escândalos, construções, caxixes, festas e desastres – vinha à tona nas cores mais vivas; o futuro era agora, e a Ilhéus nada melhor estava reservado do que se transformar numa grande capital. Ninguém vendia terra e os que, por algum motivo, eram obrigados a fazê-lo, recebiam propostas mais do que compensadoras, que os deixariam independentes para o resto da vida.

Professores de economia de universidades estrangeiras também apareciam para interpretar o fenômeno e, entre os depoimentos anotados, estava o de um informante anônimo, para quem, naquele momento,

os homens pareciam que tinham perdido a cabeça, as mulheres também. Responsabilidade de família se acabou. Foi pai brigando com filho, marido com mulher, nora com sogro... Andou mulher nua, nuinha seu doutor, pode acreditar! – por essas ruas. Homem direito largou a família atrás de mulher dama... Foi moda mulher casada ter amante [...] (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 138).

Os momentos de euforia pelo enriquecimento rápido eram aqueles em que a sociedade regional mostrava uma das faces mais duras da sua realidade: a despreocupação com o futuro, a crença no poder indefinido do cacau, o desinteresse pelas questões mais profundas no processo de formação da sociedade. Nas conjunturas de alta, os representantes de uma reduzida elite recolhiam quase todos os benefícios. Já a chegada das baixas, instantes de queda da produção, redução da demanda ou oferta de preços não compensadores, eram momentos de aflição para todos, mas relativamente menores para os membros da elite. Em todos os momentos, entretanto, a maioria da população permanecia à margem dos resultados econômicos auferidos pelo cacau: caíam os salários, aumentava o desemprego, as prefeituras

subsidiavam a passagem de retorno dos trabalhadores para suas cidades de origem, a crise social se instalava.

O desaparecimento do encanto e da fantasia ficava evidente quando as fazendas começavam a mudar de dono. Os coronéis, ao chegarem para acertar contas, ficavam espantados quando tomavam conhecimento de que, após muitos saques, já não eram credores, e sim devedores dos comerciantes de exportação. Esses últimos só queriam as terras: para eles, os luxuosos palacetes não tinham valor. Pequenos lavradores retornavam à condição de capatazes, e todos os que procuravam empréstimo não encontravam pessoas interessadas em fazê-lo, pois o interesse maior era arrematar as propriedades, muitas delas por valor inferior ao preço de mercado (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 191, 238-255).

Os navios que chegavam vazios e partiam cheios, o aumento do número de pedintes e “esmolés”, os ônibus e trens vazios, a vida noturna sem as luzes e cores de antes; a cidade de Ilhéus, que deveria ser uma capital, voltava a apresentar um quadro social mais parecido com a cidade descrita pelos viajantes da virada do século: pobre, desorganizada e de quase nenhum atrativo.

No progresso e na crise, as duas regiões se encontravam. No primeiro caso (a ida), era o momento da esperança, da felicidade chegando pela oportunidade de viver num Eldorado, do encontro de oportunidades jamais sonhadas pelos antepassados. No segundo (a volta), era a consciência de uma realidade sob muitos aspectos parecida com a anterior, a sensação de ter sido vítima de alguma promessa e, para alguns, a certeza de que não deveriam ter saído.

A grande maioria continuava a ser o que já era antes: trabalhadores sem terra, empregados a serviço de coronéis, prontos para todo tipo de serviço, do econômico ao paramilitar, braços fortes sempre à disposição de seus “donos”. Tanto na região cacaueteira, quanto no sertão, continuavam sem alcançar o objetivo maior: a terra. Na primeira região, as terras aptas para a lavoura rentável eram em pequena quantidade e, logo cedo, foram apropriadas por meio de diferentes processos, da compra ao Estado à singela ocupação. No sertão, em que pese ao tamanho dos imóveis rurais, aqueles mais apropriados à agricultura eram de área reduzida. Contudo, o mais importante é que todos tinham dono, na maioria das vezes um mesmo dono, decorrente de um processo secular de ocupação.

Os que voltavam buscavam ajuda junto ao antigo patrão, tentavam reconstruir relações, reaver antigas posses, retornando à antiga rotina da vida sertaneja. Para os nascidos às margens do São Francisco ou de seus afluentes, eram tempos de reviver antigas modas, velhos costumes da sociedade regional, muitos deles diretamente relacionados a um forte sentimento religioso.

Para os beiradeiros, era tempo de reviver a romaria ao Bom Jesus da Lapa, um costume de todas as gerações, uma via de conhecimento do mundo, dos seus segredos e mistérios, ao qual eram introduzidos ainda quando crianças. No período das novenas, a cidade ficava cheia, com milhares de fiéis e devotos, pensões lotadas, casas de família recebendo amigos e parentes das cidades, vilas e fazendas. A cidade da Lapa se transformava na capital da fé e do lazer, aonde todos chegavam felizes pela possibilidade de conhecer ou de retornar ao santuário, após longas jornadas pela caatinga ou no interior das embarcações que faziam o transporte de passageiros na rede fluvial. O dia da procissão era o ponto mais alto, quando aquele conjunto de cabras e crioulos, todos eles sertanejos, reviviam e alimentavam a esperança em dias melhores (W. Lins, **Responso das almas**, p. 16-24, 257).

Ao contrário de outras cidades, onde a circulação de notícias e a passagem de viajantes eram comuns por todo o ano, como em Juazeiro e Pirapora, era na época da romaria que Bom Jesus da Lapa concentrava o maior número de pessoas, muitas delas ali reunidas para agradecer, pedir ou, simplesmente, rezar. Todavia, fora dos limites do santuário e da grande praça, acontecia a grande troca de experiências, relatos de tempos vividos em outros lugares, procura de sugestões para o futuro.

Os violeiros cantavam os ganhos e as perdas dos heróis sertanejos, homens valentes, chefes audazes, cujas ordens eram acatadas em cinco ou mais municípios, às vezes em mais de dois Estados. Lutas amplas, que exigiam muitos preparativos, das armas aos alimentos, táticas e estratégias de generais de verdade. Foram assim os coronéis sertanejos, defensores intransigentes dos seus domínios, solidários a amigos e aliados, implacáveis com os adversários e hábeis negociadores políticos, especialmente quando postos diante do poder constituído.

Certo é que os coronéis lideravam sua gente na paz e na guerra, eram acolhidos como verdadeiros senhores, tão poderosos que, sós ou em aliança, influenciavam e decidiam a vida dos cidadãos da Bahia, de Goiás, do Piauí,

de Pernambuco ou de Minas Gerais. Nos seus domínios, era difícil separar o público do privado, que se confundiam como propriedades de um mesmo dono. Em determinadas circunstâncias, os coronéis se mostravam, com apoio de seus jagunços, mais capazes de defender a ordem do que o próprio Estado e suas forças:

Naqueles duros tempos, as pequenas vilas e cidades do Vale do São Francisco, isoladas do resto do país, viviam entregues ao arbítrio dos coronéis, que eram os senhores da vida e da morte, especialmente da morte, de quantos ali habitassem. Os governos estaduais não tinham como fazer chegar às suas populações os efeitos da autoridade pública e dos mandamentos da lei. A justiça era distribuída pelos chefes locais, que dominavam os juízes e promotores, que, só em um ou outro caso isolado, reagiam à prepotência dos rudes senhores, e os poucos magistrados que ensaiavam reagir eram quase sempre transferidos, uma vez que os governadores dos Estados procuravam de todo modo evitar choques com os governantes virtuais do Sertão, cujos aguerridos exércitos mantinham aqueles ermos inteiramente fora do controle de outra autoridade que não fosse a deles (W. Lins, **O reduto**, p. 184).

A organização dos “batalhões patrióticos” para saírem em perseguição à Coluna dos Revoltosos² foi bem uma amostra do poder econômico e político desses potentados do sertão. Uma jornada que percorreu milhares de quilômetros, atravessou diversos Estados brasileiros e se encerrou na vizinha Bolívia, onde as forças dos coronéis – livres dos códigos da diplomacia – ingressaram para recuperar armas e outros bens pertencentes ao Brasil. Depois de quase um ano de lutas, a vitória é alcançada e, antes de retornarem à Bahia, visitam, a convite do Presidente da República, o Palácio do Catete, onde são recebidos como verdadeiros chefes de Estado.

Na volta ao sertão, encontram uma festa organizada com muita antecedência, em que cada detalhe foi construído com todo carinho, como se cada coronel fosse o maior dos líderes. Em cada porto uma apoteose, como se houvesse um concurso particular entre os chefes municipais; gente da Chapada Diamantina e do Piauí que chegava; a gigantesca bandeira brasileira importada de Salvador, de onde também viera uma da Bahia “que ninguém, na vila, até então conhecia...”, alguns até pensando que fosse alguma influência norte-americana; gigantescos arcos do triunfo entre o porto e a casa do coronel;

² Os “batalhões patrióticos” foram forças organizadas pelos coronéis sertanejos com a finalidade de perseguir a Coluna Prestes-Miguel Costa, também conhecida no sertão como a “Coluna dos Revoltosos”.

bandeirolas e fogos de artifícios, além de cobertura dos dois principais jornais do vale: o “Correio da Barra” e “O Eco”, de Juazeiro. Na saudação oficial, o empolgado orador convincentemente comparava o coronel a Aníbal para, em outra parte, dizer que ele era um misto de Napoleão e Clemenceau (W. Lins, **O reduto**, p. 165-166).

Esses foram períodos excepcionais, acontecimentos raros, mas que marcaram a vida regional, que se formou tendo como cenário os choques entre os coronéis, lutas permanentes, rivalidades alimentadas por disputas econômicas e políticas pela procura de uma boa situação no complexo jogo político estadual.

O coronel típico, aquele que cultivava o domínio do seu espaço, cujas ambições eram mais restritas, limitadas que estavam a uma área mais restrita, podia falar como Otílio, de Bom Jesus da Lapa:

Não me obriguem a fazer o que não sei. Não me peçam para fazer o que nunca fiz. Peçam para eu matar um homem, dez homens, e eu mato sem trabalho, pois sei matar gente, pois aprendi a manejar a faca e o fuzil. Mas não queiram me forçar a fazer um discurso, pois nunca aprendi isto. Estou aqui como um servo da Lapa e do Bom Jesus, para acabar com a canalha que vinha fazendo disto aqui uma fazenda. Vejo que todos confiam em mim e esperam muito de mim. Pois bem, garanto que vocês não vão ter de que se arrepender. Vou ficar na Lapa, e duvido que ninguém tenha a ousadia de querer fazer esta terra voltar a ser o que era. Agora vocês têm meu fuzil para garantir a terra de vocês. Era só o que tinha a dizer (W. Lins, **Responso das almas**, p. 123).

Estes bravos guerreiros eram guiados por códigos criados ao longo da vida, que poderiam ser definidos como “cultura dos currais”, pela qual aos derrotados na luta não se reconhecia qualquer direito, nem o de serem sepultados no mesmo lugar dos construtores da cidade. Os perdedores deveriam ter tudo destruído, nenhuma cabeça de gado deveria sobreviver, e os carnaubais postos abaixo, porque sempre se defendia a verdade de que quem está por cima aproveita a oportunidade e faz o serviço completo, destruindo tudo de uma vez sem deixar nada para depois (W. Lins, **Remanso da valentia**, p. 15-22, 77-80).

As guerras eram preparadas com todo o rigor, e os derrotados, quando sobreviviam, eram obrigados a abandonar a cidade, juntamente com os amigos, levando todos os pertences, num processo que envolvia

desmonte de lojas, transporte de animais, diversas barcas carregadas, inclusive de cadeira velha, nenhum registro, enfim, dos que tinham perdido e, de acordo com a ordem, “[...] não era para ficar coisa alguma, nem ninguém” (W. Lins, **O reduto**, p. 111). Na despedida, os que ficavam não podiam visitar ou acompanhar os que partiam até o embarque; a fidelidade passava a ser um tributo ao chefe vitorioso, que passava a ditar suas regras e a escolher os novos eleitos para as diferentes funções (W. Lins, **Responso das almas**, p. 129).

Quase todos diziam render graças à justiça e à religião. Quanto à primeira, seria apenas uma forma de reconhecimento ao apoio recebido dos responsáveis pelo poder judiciário, o qual sobrevivia de acordo com os desígnios do chefe local. Sobre a religião, era inegável o poder dos padres, em sua grande maioria aliados e protegidos dos coronéis, conselheiros e professores de primeiras letras, mas também de História, Geografia e Aritmética. A Igreja precisava do apoio dos chefes para suas obras e iniciativas, assim como as irmandades religiosas precisavam de protetores para as esmolas e doações recebidas, para a terra, o gado e os demais bens componentes do patrimônio (W. Lins, **Responso das almas**, p. 89). Atitudes como estas reforçavam o interesse pelos beatos. Estes eram vistos como aliados dos pobres, enquanto a Igreja Católica se mostrava como defensora exclusiva dos grandes fazendeiros (J. Amado, **Seara vermelha**, p. 196-197).

Os laços de amizade e solidariedade eram construídos e consolidados ao longo das lutas, na continuidade da ajuda aos amigos necessitados, quer no município, no interior da região, na Bahia – como na época da revolta Sertaneja –, quer mesmo no Brasil, durante a formação dos “Batalhões Patrióticos”. Nessa última oportunidade, ficou claro que as forças lideradas pelos coronéis estavam mais bem preparadas do que as forças regulares, principalmente pelo conhecimento do terreno da luta, pela coragem e, certamente, pelo aprendizado recebido desde a juventude.

Por bem conhecer a organização, comentava um oficial de registro civil:

ninguém está cuidando de defender a legalidade. As forças do Governo passam o tempo a passear de trem e de navio, de um ponto para outro, e se não fosse o Coronel, esse Prestes ia levar cem anos no Sertão, brincando de picula com os patriopanças, que enchem as panças com a Pátria, e estão

sempre a pedir mais. Ninguém está lutando coisa alguma! Só o nosso chefe está levando a luta a sério. Já deu quarenta e cinco combates contra os revoltosos! (W. Lins, **O reduto**, p. 58)

As lutas internas, principalmente naqueles municípios de mais intensa rivalidade, repercutiam em Salvador e no Rio de Janeiro, mas isso não queria dizer que o governo – estadual ou o federal – fosse tomar alguma atitude. O fato é que havia a participação do próprio governo na origem de várias dessas lutas, de acordo com o ensinamento de que a melhor maneira de derrotar um coronel era armando e apoiando um outro coronel. Afinal, a diferença mais significativa entre a atuação da polícia e a dos jagunços do coronel é que a primeira fazia tudo em nome da lei (J. Amado, **Seara vermelha**, p. 179). A mesma referência valeria para uma comparação entre polícia e cangaço, uma manifestação sociopolítica do sertão nos primeiros quarenta anos do século XX.

A ausência do poder constituído, que apenas dava forma à sua existência durante a cobrança de impostos, permitiu a multiplicação dos conflitos. Disputas pela posse da terra, guerra comercial pelo domínio de mercados e disputas políticas pelo controle do poder local e da representação regional estiveram entre as causas mais repetidas para a ocorrência de enfrentamentos.

As eleições eram instantes propícios à prática dos mais variados tipos de fraudes. As atas que chegavam à Secretaria de Justiça eram registros autênticos e oficiais do que não tinha acontecido. O processo eleitoral se concretizava na elaboração de atas falsas e de telegramas da mesma qualidade, os quais podiam ser alterados na dependência da força dos pedidos e do valor dos interesses (W. Lins, **O reduto**, p. 70-71).

Embora olhassem com desconfiança as intenções do governo do Estado, os coronéis sabiam que, no jogo político, detinham muita força, decorrente da capacidade de produzir votos e eleger candidatos previamente selecionados, muitos deles não tendo jamais realizado qualquer visita aos distritos pelos quais eram eleitos. A contrapartida era o pouco interesse do Estado na apuração dos desmandos e perseguições dos chefes locais, pelo temor de hostilizá-los, mesmo diante das denúncias de prejuízos materiais resultantes de assaltos a cidades e fazendas. Quando aparecia alguém para apurar alguma coisa, todos faziam de conta que nada de anormal existia para ser apurado, e os depoentes, quando convocados, mentiam com a clara intenção de proteger os influentes (W. Lins, **Remanso da valentia**, p. 153, 156, 157).

A permissividade com que atuavam e os laços de amizade que os uniam faziam com que, com o passar o tempo, fossem nascendo bandos, cada vez mais bem treinados, cujo raio de atuação ultrapassava as fronteiras da Bahia, fazendo-os reconhecidos e admirados em vários estados. Todavia, parece fora de dúvida que a amizade era o primeiro valor a contar, bem sintetizado na fala de um deles: “Comigo é assim! Amigo bom tem sempre em mim um bom amigo! Sou de tirar a camisa do corpo, mas não deixo um amigo na precisão” (W. Lins, **Responso das almas**, p. 253).

Na região cacauêira, onde, em princípio, todos eram considerados forasteiros, pois ilheenses ou grapiúnas só existiriam mesmo a partir da segunda geração, as lideranças políticas seguiam caminhos semelhantes. O líder precisava agir de acordo com os costumes locais: matar mulher, destruir máquinas e queimar jornais, além de manter “homens” em disponibilidade na fazenda. Em síntese, diziam: “Prá governar Ilhéus e Itabuna é preciso ser macho” (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 193, 204).

A classe dos fazendeiros soube conquistar as terras e aprendeu a produzir cacau, porém a dimensão econômica do produto não era restrita à região. Ao contrário, na verdade se realizava fora dela, nos lugares onde as amêndoas eram beneficiadas, transformadas, para que chegassem, enfim, aos consumidores. Desse processo, participavam, de forma cada vez mais interessada, os comerciantes de exportação, cujos projetos e metas nem sempre coincidiam com os dos fazendeiros. Isso não quer dizer, entretanto, que tenham constituído grupos isolados e antagônicos por todo tempo. A história mostra que quase a totalidade dos exportadores se transformou em proprietários de terra, do mesmo modo que alguns coronéis puderam se apresentar como acionistas do porto, construtores de estradas e imóveis urbanos, banqueiros ou mesmo exportadores (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 103).

Durante certo tempo, se encontraram em oposição, especialmente quando se tratava de decidir sobre prioridades ou mesmo na discussão dos procedimentos administrativos. A chegada de representantes de diferentes categorias socioprofissionais – a já salientada invasão dos doutores – diversificava as demandas, criava novas expectativas, redirecionava ambições. A sociedade mais complexa fazia com que os coronéis, na intimidade das suas conversas, explicitassem claramente o dilema: “será que ainda damos conta do mando?” (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 5).

O eleitorado, que antes se pronunciava obedientemente, começava a reclamar obras para o interior, como estradas e transportes, e outras medidas que atendessem às suas necessidades, e via alguns representantes do comércio como solução, embora estes tivessem como objetivo mais imediato a construção de um porto para realizar exportação de cacau diretamente para o exterior. Não se justificava aquela discriminação com o município mais rico e próspero da Bahia, um atentado contra o cacau, responsável pela onda de progresso que atravessava o sul do Estado e pela maior contribuição aos cofres públicos, na forma de receitas e impostos variados.

Todos se diziam defensores legítimos dos interesses regionais, os quais se encontravam acima de tudo, mesmo das causas mais particulares e específicas de cada grupo. A defesa da região era a chave que escondia o verdadeiro sentido do jogo político entre o público e o privado, o primeiro ignorando os seus fins sociais e o segundo lutando por garantir políticas em benefícios de posições já conquistadas. Debates intermináveis se sucediam, jornais apareciam para defender essa ou aquela proposta, sendo alguns deles destruídos por causa de comentários do tipo “os coronéis não enxergam um palmo adiante do nariz. Para eles, é plantar e colher cacau. O resto não interessa”; ou, ainda, “atrasados e ignorantes, incapazes de compreender os tempos novos, o progresso, a civilização, esses homens já não podem governar” (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 72, 87).

As oposições tinham o trabalho facilitado pela própria relação entre a oligarquia regional e o governo, pois a todos estava claro que a região cacauceira não recebia o tratamento devido por parte dos governos estadual e federal, muito embora a representação política sempre se manifestasse em apoio a estes governos. Essa relação tão estreita, essa fidelidade tão cega, trazia à cena política situações curiosas, como na época da intervenção federal na Bahia.³ A troca rápida inverteu as posições políticas nos municípios: quem

³ O regime federalista implantado no Brasil após a proclamação da República (1889) permitia ao governo da União, diante de determinadas circunstâncias, intervir nos Estados. Durante o governo Antônio Moniz (1916-1920), os chefes políticos do interior, tendo à frente os coronéis do sertão, rebelaram-se em várias cidades, o que possibilitou ao governo estadual o envio da Força Pública para esses municípios, acentuando o conflito entre governo e oposição, culminando com a vitória das forças comandadas pelo Coronel Horário de Matos, aliado dos coronéis do São Francisco. Atendendo ao pedido do governador Moniz, o governo federal intervém no Estado da Bahia, em fevereiro de 1920, nomeando como interventor o General Cardoso de Aguiar, o qual, após pacificar o interior, criou as condições para a posse do governador eleito, J. J. Seabra, em 29 de março de 1920.

era oposição passou a ser governo, derrubando repentinamente prefeito, juiz e promotor, notando-se que até jagunço virou soldado de polícia, “tudo legalmente” (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 197, 198).

O reconhecimento do desinteresse do governo estadual pelo sul da Bahia era um fato, mas ninguém queria (ou podia) fazer oposição a esse mesmo governo. Bem ou mal era dele que se poderia retirar algum benefício, mesmo que fossem apenas nomeações de autoridades da justiça e da polícia. Outras vezes, entretanto, ter boas relações poderia resultar em oportunidade para ser ouvido ou mesmo para interferir sobre o traçado de determinada estrada, escolher até onde deveria chegar e por onde deveria passar (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 96).

Entre os exportadores, era evidente que um projeto para a região interessava a um número limitado, desde que parte significativa do comércio de exportação se fazia representar por filiais de empresas sediadas em outras cidades ou por delegação a comerciantes no atacado e no varejo localizados nas mais variadas cidades e pontos comerciais. Os que se interessavam pela causa, no entanto, faziam questão de tornar claro que o momento em que viviam era outro, que eram diferentes dos fazendeiros, já que faziam chegar à região a idéia de que eram a hora e a vez do discurso, sucessor legítimo das repetições, tocaias, cartórios queimados e escrituras falsas. Afirmavam também que, ao contrário dos fazendeiros, tinham prestígio e relações influentes no Rio de Janeiro, local mais apropriado para tratar dos urgentes problemas regionais, longe do desinteresse e da discriminação do governo estadual (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 142, 156).

Enquanto os coronéis dominavam a intendência/prefeitura, fazendo da sua sede um exemplo de construção, os comerciantes concentravam suas forças na sede da Associação Comercial de Ilhéus, inicialmente uma entidade tímida e de poucos adeptos, depois, um elemento poderoso da vida da cidade e da região, um verdadeiro fator de progresso e pólo de influência, promovendo iniciativas de natureza econômica, social, política e cultural. Se, antes, a composição de uma diretoria era uma tarefa cansativa, que exigia muito trabalho para convencer possíveis candidatos, com o crescimento da região as eleições passaram a ser disputadas por chapas que usavam de todas as armas para obter a vitória. Na imponente sede, provocava comentários a “virgindade” da sua biblioteca, apenas freqüentada por um poeta, seu fiel

guardião e maior especialista regional em marxismo, o que não tinha qualquer utilidade, não fosse a raiva que essa opção provocava entre os fascistas (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 35).

A Igreja parece ter sido o único lugar onde todos se entendiam, principalmente quando se tratava da organização da festa do padroeiro, de promessas para que as chuvas chegassem logo, ou da chegada do novo bispo. Rivalidades podiam ainda se manifestar, principalmente se entrava em pauta a disputa pelo controle de alguma confraria religiosa, mas todos reconheciam a capacidade dos padres no tratamento dos problemas, mesmo quando davam sinais de procura de vantagens. A lista de contribuição era aberta por cada partido, pois só assim situação e oposição se sentiriam prestigiadas e doariam com satisfação, do mesmo modo que a estudada arrumação da procissão de São Jorge servia para fazer parecer que elite e povo faziam parte do mesmo reino (J. Amado, **Terras do sem fim**, p. 92, 155, 156).

O cotidiano era a repetição de tais eventos, com a participação de personagens que tinham uma origem comum e objetivos próximos. A relação com o mundo externo, mesmo que fosse com Salvador ou Rio de Janeiro, ficava limitada às notícias trazidas pelos viajantes na volta dos seus roteiros de turismo ou negócios. Os políticos não visitavam a região nem em época de eleição, mas foi na vida política que a região conheceu o seu processo de atualização/integração mais controverso e polêmico.

O Partido Comunista, no decorrer da década de 1920, preocupou-se em apoiar a formação de células partidárias entre os trabalhadores da região. Para tanto, selecionou prioritariamente os trabalhadores do porto e da estrada de ferro, os quais se responsabilizariam pela organização inicial e depois tratariam da sua ampliação no interior da área rural. Posteriormente, organizou-se a Ação Integralista, a qual conquistou simpatizantes entre exportadores e coronéis. Estes últimos faziam doações compulsórias para o movimento pelo medo do comunismo, o qual inverteria a ordem social, passando os fazendeiros para o trabalho na enxada e sem direito nenhum sobre as terras.

Exportadores e clero católico também se envolveram na trama que fez da região um centro prioritário para intervenção da polícia, diligente e solidária na defesa da elite regional. Os volantes e boletins do PC apareciam repletos de denúncias sobre as condições de trabalho e da própria vida na região cacauceira (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 157, 162).

A novidade desse enfrentamento é que vários chefes políticos tinham dificuldade em assimilá-lo. Para eles, a política partidária se realizava sempre em torno de um chefe, o qual personaliza, identifica uma determinada organização. De um momento para outro se viram diante de um dilema, cuja solução – o chefe – era alguém desconhecido e distante, apesar do esforço de propaganda dos fervorosos militantes, para quem os chefes – tanto o comunista, como o integralista – estavam acima de qualquer suspeita, possuidores de todo saber, depositários da justiça e da competência. Na confusão instalada, enquanto ricos fazendeiros eram convidados para a chefia do partido fascista, com o único objetivo de que parte da fortuna fosse entregue aos militantes, outros se diziam comunistas, pelo simples fato de acharem não ser conveniente fazer parte da mesma organização política de um inimigo municipal (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 64).

Nas duas regiões, duas cidades chamavam a atenção – Ilhéus e Juazeiro. A primeira como centro urbano que concentrou os primeiros resultados da cacauicultura, especialmente por sua condição de maior porto regional; a segunda por sua condição de entroncamento de duas vias de transporte: a fluvial do São Francisco e a ferroviária da estrada Bahia-São Francisco.

Juazeiro funcionou como pólo econômico, uma via natural por onde passava a variada produção regional com destino ao litoral e de onde partiam as mercadorias a serem comercializadas no vasto sertão nordestino. Certamente essas condições serviram como chamariz para os sertanejos, os quais, procedentes de vários Estados da região, procuravam aquela cidade para dali embarcarem, pelo rio, com destino a Pirapora ou, por ferrovia, em direção a Monte Azul. O objetivo final era o mesmo: o sul do Brasil, especialmente São Paulo. Em Juazeiro,

os imigrantes acampavam por detrás da igreja, sempre havia muitos, a cidade era passagem obrigatória de todos os que iam para Pirapora de onde partia o trem para São Paulo. Em frente, do outro lado do rio, ficava a cidade de Petrolina, era o estado de Pernambuco. Mas, mesmo os que chegavam daquele lado, logo atravessavam nas canoas para Juazeiro onde estavam as agências de navios, onde podiam comprar passagens. E seu interesse era embarcar quanto antes, deixar para trás a lembrança da viagem pela caatinga, a saudade dos mortos, a recordação de tanto sofrimento (J. Amado, **Seara vermelha**, p. 87).

Aquela cidade sertaneja, situada à margem do rio São Francisco, aparecia nos sonhos dos imigrantes como a primeira “cidade grande” que conheciam; despertava a curiosidade de todos pela chegada e alimentava a esperança de encontrar bons serviços e, especialmente, o leite para as crianças, já que na longa marcha – diante dos estragos provocados pela seca – quase nada encontravam que pudesse servir como alimento. O mercado da cidade era farto, mas a grande maioria não tinha dinheiro ou o que tinha ficava reservado para outros fins ou para as emergências da viagem (J. Amado, **Seara vermelha**, p. 99).

De Juazeiro, os navios e trens partiam cheios, principalmente os primeiros, cuja terceira classe estava sempre superlotada; quanto mais navios houvesse, mais gente aparecia, sendo possível encontrar diariamente trezentos imigrantes, no mínimo, lutando por bilhetes para a viagem. Os moradores da cidade, após algum tempo, se habituaram a apreciar aquele quadro que se integrou de vez à vida da cidade. Muitos identificavam com precisão os dois grupos: os que partiam do sertão e os que retornavam do sul. Os contingentes de cada grupo variavam a depender da época, em função das bonanças da natureza ou das oportunidades econômicas.

Aquele primeiro contato com o mundo desconhecido servia para começar o desmonte de alguns sonhos construídos pelos trabalhadores do sertão:

Mais que a igreja, porém, o rio os atraía. Era o São Francisco, ouviam falar dele em suas terras de sol e seca. Nunca tinham visto tanta água e associavam a visão da água à idéia de fartura, imaginavam que aquelas terras próximas seriam de uma fertilidade assombrosa... Com aquele farturão de água era de esperar que toda gente por ali estivesse nadando em dinheiro. Não tardaram, no entanto, em descobrir que todas aquelas terras ubérrimas pertenciam a uns poucos donos e que aqueles homens magros e paludados trabalhavam em terras dos outros, na enxada de sol a sol, nos campos de ouricuri, nos carnaubais e nas plantações de arroz e algodão (J. Amado, **Seara vermelha**, p. 94).

Sobre Ilhéus, o depoimento do intendente – “isso aqui era um fim de mundo, uma tapera [...]. Hoje não tem cidade no Estado igual a Ilhéus” (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 185) – soa falso, suspeito e pretensioso. Ilhéus, antes da explosão do cacau, era uma vila cujos moradores viviam da pesca, da agricultura de subsistência, da produção de farinha de mandioca que era exportada para Salvador e outras vilas do Recôncavo, e da extração

de madeiras, cuja produção chegou a ser enviada para estaleiros portugueses ou do Império; não era, portanto, uma tapera. Do mesmo modo, os benefícios acumulados como resultado dos negócios com o cacau não conseguiram, em momento algum, fazer de Ilhéus a maior cidade do Estado.

Não era peculiaridade de Ilhéus, mas cada bairro guardava suas características de acordo com o perfil social dos moradores. As chuvas intermitentes em determinadas épocas do ano repercutiam distintamente em cada canto da cidade; as inundações e os alagamentos eram comuns em determinadas áreas e a iluminação podia ser farta ou precária a depender do local para onde se estivesse olhando (J. Amado, **São Jorge dos Ilhéus**, p. 106-107). Sem nenhuma dúvida, era uma cidade que abrigava uma elite de muitas posses. O dinheiro circulava intensamente, o que permitia a prática do esbanjamento nos momentos de alta, quando tudo acontecia e tudo era permitido.

Não se pode dizer que coronéis e exportadores promovessem algum tipo de concorrência para ver quem habitava as melhores instalações urbanas. Mas os dois grupos viam nos imóveis urbanos um meio pelo qual exteriorizavam o progresso. Para tanto, na hora de construir, traziam arquitetos e decoradores do Rio de Janeiro e importavam mobílias e espelhos. Os palacetes e bangalôs – sempre adornados por bem cuidados jardins –, por um lado, supriam as carências da vida na fazenda e, por outro, desestimulavam os que cogitavam construir ou comprar imóvel em Salvador. Afinal, perguntavam, para que serviria se, em Ilhéus, já existia de tudo que a capital podia oferecer como colégios, clubes, cinemas e teatros? (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 23-24).

Ninguém se surpreendia quando forasteiros ilustres, intelectuais e acadêmicos das maiores cidades do país, dirigiam, antes de proferir uma conferência, palavras que sintetizavam a avaliação que muitos moradores faziam da sua cidade:

– Gentis senhoritas, flores dos canteiros desse florido jardim que é Ilhéus. Virtuosas senhoras que saístes do recesso sagrado do vosso lar para ouvir-me e aplaudir-me. Ilustres senhores, vós que haveis construído à beira do Atlântico essa civilização ilheense (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 251).

Curioso é o fato de, tanto Juazeiro quanto Ilhéus, terem visto nascer e se desenvolver dois núcleos urbanos próximos, com os quais construíram

uma política de competição. Itabuna está para Ilhéus assim como Petrolina está para Juazeiro. A rivalidade que cultivaram fazia com que tudo fosse motivo de comparação: as casas residenciais e comerciais, os bares e cabarés, as escolas, o número de ruas arborizadas e calçadas, as igrejas, observadas nos mínimos detalhes, desde o projeto até a decoração, tudo servia, enfim, como argumento para intermináveis debates.

Sob o ponto de vista econômico, o “duelo” Ilhéus *versus* Itabuna se mostrava bem mais complexo do que o que se verificava entre Juazeiro e Petrolina. Este começa a acontecer passado quase um século do domínio de Juazeiro e envolvia uma disputa – às vezes, explícita, outras, mais disfarçada – entre os vizinhos estados da Bahia e Pernambuco. A hegemonia foi invertida pela redefinição dos espaços, determinada pela opção por construir estradas, o que acarretou a perda de importância relativa das rotas fluvial e ferroviária. Além disso, Petrolina abrigou, a partir dos anos trinta do século XX, um projeto de desenvolvimento articulado com os interesses de uma única família, o que fez com que os interesses privados se confundissem com os públicos, isto é, a organização e o crescimento da cidade serviram como um prolongamento de projetos empresariais.

Quanto a Ilhéus e Itabuna, além do fato de pertencerem à mesma unidade federativa e apesar da existência secular de São Jorge dos Ilhéus, elas crescem e adquirem vida própria na trajetória percorrida pela cacauicultura, a qual fez das duas cidades as maiores evidências da riqueza e da força dessa atividade monocultora. As cidades como que cresceram geminadas, observando-se, copiando as novidades daquela que fazia o lançamento, contando o número dos habitantes e de cada saco de cacau produzido no município ou em sua área de influência. Bodas, casamentos e batizados e o número de fiéis nas procissões mais importantes eram motivo de comparações detalhadas, pois tudo contava ponto – a favor ou contra – na guerra das cidades.

A região cacaueira e o sertão do São Francisco guardaram, enfim, certas semelhanças que ajudam a compreender certos aspectos da formação de ambos, assim como o papel desempenhado pelo Estado da Bahia nesse processo.

Em geral, uma e outra olhavam com muita desconfiança as atitudes dos governantes do Estado em relação aos interesses e pedidos dos dirigentes

municipais; e mais, achavam que não recebiam a consideração devida em face das contribuições oferecidas ao grupo dirigente. Afinal, quem sustentaria o Tesouro Estadual, não fosse o desempenho econômico do cacau? Quando as forças regulares fracassaram, quem saiu em defesa do governo na perseguição aos revoltosos? De onde chegavam os votos para eleger afilhados e protegidos de governantes, desembargadores e ministros?

Para os sertanejos, o registro da pouca consideração dos políticos da capital era um sentimento muito forte. “O tabaréu não tem prestígio” era uma afirmação muito repetida diante das ocorrências no processo eleitoral e das regras em vigor, quando os governadores só elegiam e prestigiavam quem queriam. Filhos da região, depois de concluir todo o caminho – inclusive o das atas falsas – para ganhar uma cadeira na Câmara, eram sumariamente derrotados, quando o governador ou seu secretário de Justiça pediam, por telegrama, que o “eleito” fosse outro: um parente, afilhado, ou ex-aluno. A revolta era grande, a indignidade era por todos lembrada, porém todos acatavam e elegiam, também por telegrama, o escolhido (W. Lins, **O reduto**, p. 68, 70, 71).

Diante do desinteresse dos herdeiros diretos pela carreira política e antes que a geração de aventureiros se firmasse na região, conseguindo postos e mandatos políticos, a região cacauzeira era representada por políticos que a desconheciam. Alguns deles tinham visitado a zona cacauzeira apenas uma vez, mesmo assim a contragosto, evitando visitas e sem querer conhecer qualquer coisa, e culminavam por afirmar, quando do retorno ao Rio de Janeiro, que “Ilhéus [era] terra de brutos, de mal-educados, sem nenhum grau de cultura” (J. Amado, **Gabriela, cravo e canela**, p. 262, 325).

Na campanha pela construção do porto, era evidente a má vontade para a realização da obra. Diante da resistência, apoiada, inclusive, pelos chefes políticos municipais, que não desejavam criar atritos com o governo e desagradar os concessionários das Docas da Bahia, a alternativa foi lutar diretamente no Rio de Janeiro junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Parece até que existiam duas Bahias: a de Salvador e seu Recôncavo, de um lado, e as demais áreas, de outro. Essas últimas seriam tributárias da primeira, a qual, a depender das necessidades, podia até aumentar ou diversificar as contribuições – como, por exemplo, alterando valores de impostos a serem recolhidos –, solicitar a organização de forças paramilitares e, o que era mais comum, eleger sempre os escolhidos previamente.

As duas regiões, a cacauieira e a do sertão, também, no decorrer de suas formações, conheceram costumes e práticas que transparecem uma mesma experiência, a adoção de um conjunto de valores e princípios parecidos. Certamente, conforme foi salientado no início deste texto, as migrações em massa, ocorridas a partir do fim do século XIX, permitiam essa espécie de identidade cultural.

Os casos de amor impossível, em razão das diferenças sociais e dos objetivos políticos dos pais; o desprezo por aqueles que optavam pelas atividades artísticas e intelectuais; os sonhos e frustrações dos que detinham – pelo menos transitoriamente – poder e prestígio; o entendimento da ordem de matar como prova de coragem seriam, em uma perspectiva particular, elementos de identificação, indicadores de uma aproximação, sinais de uma mesma origem.

As apreciações de Jorge Amado e Wilson Lins – em torno das bases econômicas, das relações sociais, das iniciativas governamentais, do rico cotidiano e das manifestações culturais – permitem explicar e compreender realidades e representações de duas regiões baianas durante um amplo período do século XX. Estas observações terminam por possibilitar a verificação de semelhanças e divergências, permanências e rupturas, disputas e sensibilidades da própria Bahia republicana, por meio das intimidades entre a História e a Literatura.